ALINE SOUZA PEREIRA DE CARVALHO

**O RECONHECIMENTO DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO EM 2016: ANÁLISE
HERMENÊUTICA DO ARTIGO 15 (A) E 15(D) DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Geraldo Miniuci Ferreira Júnior

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo-SP

2017

ALINE SOUZA PEREIRA DE CARVALHO

**O RECONHECIMENTO DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO EM 2016: ANÁLISE
HERMENÊUTICA DO ARTIGO 15 (A) E 15(D) DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Direito, da Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em Direito
Internacional, sob a orientação do Professor
Doutor Geraldo Miniuci Ferreira Júnior.

Área de concentração: Direito do Comércio
Internacional

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo-SP

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aline Souza Pereira de Carvalho

**O Reconhecimento Da China Como Economia De Mercado Em 2016:
Análise Hermenêutica Do Artigo 15 (a) e 15(d) Do Protocolo De Adesão
Da República Popular Da China À Organização Mundial Do Comércio**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Direito Internacional

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

*Dedico esta dissertação aos meus pais,
que lutaram para que o estudo nunca
me faltasse.*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Geraldo Miniuci Ferreira Júnior, pela oportunidade e privilégio de sua orientação no mestrado e por todo o tempo que dedicou a mim durante o desenvolvimento desta dissertação.

Ao Professor Alberto Amaral Jr., a quem admiro imensamente, por me dedicar tempo e discutir comigo diversos pontos deste trabalho.

À Professora Marina Amaral Egydio de Carvalho, que possibilitou minha participação na competição ELSA Moot Court, dando início ao meu interesse pelo direito do comércio internacional.

A Mauro Grinberg, Leonor Cordovil e Ricardo Casanova Motta, grandes advogados e estudiosos, com os quais tive a honra de trabalhar, e que incentivaram o meu ingresso na pós-graduação.

À Universidade de São Paulo e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por me abrirem as portas a professores e colegas brilhantes, proporcionando as condições necessárias para que eu alcançasse meus objetivos.

Ao Demian e Rafael, pelo apoio e por tornarem mais leve o desenvolvimento deste trabalho.

Às minhas queridas tias, por vibrarem a cada conquista minha.

À minha irmã, Carolina, uma das pessoas mais inteligentes e corajosas que conheço, e que me inspira desde sempre.

Por fim, um agradecimento muito carinhoso aos meus pais, Jurandir e Maria Neuza, pelo incentivo constante e por não medirem esforços para que eu pudesse levar meus estudos adiante.

RESUMO

DE CARVALHO, Aline Souza Pereira. **O Reconhecimento Da China Como Economia De Mercado Em 2016: Análise Hermenêutica Do Artigo 15 (A) E 15(D) Do Protocolo De Adesão Da República Popular Da China À Organização Mundial Do Comércio.** 138 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Este trabalho busca analisar a possibilidade de reconhecimento da China como economia de mercado, para fins de investigações antidumping, especialmente à luz do Protocolo de Adesão da China à Organização Mundial do Comércio (Protocolo de Adesão). Parte-se da hipótese de que com a extinção do Art. 15 (a)(ii) do Protocolo de Adesão haverá concessão automática de tratamento de economia de mercado à China, em investigações antidumping, a partir de dezembro de 2016. Para o presente estudo, a China será analisada no contexto de sua adesão e papel na Organização Mundial do Comércio (OMC), observados os compromissos assumidos, bem como sua condição econômica *sui generis*. A divergência em torno do tema é significativa e será examinada com detalhe, a fim de se verificar as diferentes abordagens possíveis após 2016. Dessa análise, conclui-se que os textos dos artigos 15(a) e 15(d) do Protocolo de Adesão devem ser lidos e interpretados com cautela, à luz das regras de interpretação do direito internacional. A afirmação de que a expiração do Art. 15(a)(ii) concederia automaticamente status de economia de mercado à China parece excessivamente rígida e desconsidera as disposições remanescente do Art. 15. Em vista do posicionamento relevante e da dependência econômica dos Países Membros com relação à China, a questão deve ser ponderada com prudência, com envolvimento de todos os Estados interessados, preferencialmente, em âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Palavras-chave: Direito Internacional. Comércio Internacional. Sistema multilateral de comércio. Organização Mundial do Comércio. Acordo Antidumping. Economia de mercado. China.

ABSTRACT

DE CARVALHO, Aline Souza Pereira. **China As A Market Economy in 2016: An Hermeneutic Analysis Of Article 15 (A) And 15 (D) Of The Access Protocol Of People's Republic Of China To The World Trade Organization.** 138 p. Master Dissertation – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation seeks to analyze the possibility of recognition of China as a market economy for purposes of antidumping investigations, especially in light of China's Protocol of Accession to the World Trade Organization (Protocol). It is assumed that with the extinction of Article 15(a)(ii) of the Protocol there shall be an automatic grant of market economy treatment to China from December 2016 on. In this study, China will be analyzed in the context of its accession process to the World Trade Organization and its current role within the Organization, taking into account its commitments, as well as its *sui generis* economic condition. The legal divergence around this subject is significant and it will be examined in detail in order to verify all the different possible approaches after 2016. Finally, it is concluded that the text of articles 15(a) and 15(d) of the Protocol should be read and interpreted with caution and in the light of the rules of international law interpretation. Also, the assertion that the expiration of Article 15(a)(ii) would automatically grant market economy status to China seems excessively rigid and disregards the remaining provisions of Article 15. In view of China's relevant role and considering the economic dependence of WTO Members with regard to China, this issue should be carefully evaluated by all interested WTO Members, preferably within WTO Dispute Settlement Body.

Keywords: International Law. International Trade Law. Multilateral Trade System. World Trade Organization. Antidumping Agreement. Market Economy. China.

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Descrição
AAD	Acordo Antidumping
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CVDT	Convenção De Viena Sobre o Direito dos Tratados
DC	Departamento de Comércio dos Estados Unidos
DECOM	Departamento de Comércio Exterior
EUA	Estados Unidos da América
ESC	Entendimento relativo à Solução de Controvérsias
FMI	Fundo Monetário Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
OSC	Órgão de Solução de Controvérsias da OMC
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SMC	Sistema Multilateral de Comércio
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UE	União Europeia

LISTA DE TABELAS

No. Tabela	Descrição
Tabela 1	Dados de Exportação e Importação em 2015
Tabela 2	Dados de Produto Interno Bruto 2015
Tabela 3	Dados de Investigações Antidumping por País

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A ECONOMIA CHINESA	17
1.1 Breve Panorama da Economia Chinesa nos Últimos Anos	17
1.2 A Atuação da China no Comércio Global	19
1.3 A Atuação da China na OMC	21
2. ASPECTOS RELEVANTES DO ANTIDUMPING E DO CONCEITO DE ECONOMIA DE MERCADO	25
2.1 A Construção Jurídica do Antidumping	25
2.1.1. Breve Relato sobre o Desenvolvimento do Dumping	26
2.2 A Determinação do Direito Antidumping	30
2.3 O cálculo do Valor Normal	36
2.4 Conceito de Economia de Mercado	39
2.4.1. A Economia Chinesa	55
3. ANÁLISE DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA CHINA À OMC	65
3.1 Os compromissos assumidos pela China na sua acesso à OMC	65
3.2 Análise dos Documentos de Adesão da China à OMC	67
3.2.1. Preâmbulos e Disposições Gerais	68
3.2.2. Administração uniforme das regras da OMC sobre todo o território chinês	69
3.2.3. Transparência	70
3.2.4. Não discriminação (princípio do tratamento nacional)	71
3.2.5. Controle de preços	72
3.2.6. Empresas estatais (SOEs) e Subsídios	73
3.2.7. Comparação de Preços na Determinação de Dumping e Subsídios	74
4. ANÁLISE HERMENÊUTICA DO ART. 15(d) e 15(a) DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA CHINA À OMC	80
4.1 Princípios Gerais de Direito Internacional	81
4.1.1. Presunção de consistência	81
4.1.2. Eficácia	82
4.1.3. <i>Expressio unius est exclusio alterius</i> E <i>In dubio mitius</i> ou Interpretação Restritiva	84

4.1.4.	Boa-fé, <i>Abus de droit</i> e Expectativas Legítimas	89
4.1.5.	Lex Specialis	92
4.2.	Análise dos Arts. 15(a) e 15(d) do Protocolo de Adesão da China à OMC À Luz da CVDT	94
4.3	Das Vertentes Interpretativas dos Arts. 15 (a) e 15(d)	105
4.3.1.	China Não É Reconhecida Como Economia De Mercado – Metodologia Alternativa Aplicável	106
4.3.2.	China Não É Reconhecida Como Economia De Mercado – Inversão do Ônus da Prova	109
4.3.3.	China É Reconhecida Como Economia De Mercado	116
5.	CONCLUSÃO	120
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

Em seu livro, Peter Van Den Bossche, membro do Órgão de Apelação da OMC, lembra que em 2001 foi feita uma pesquisa pelo Banco Mundial que revelou que a globalização e a integração econômica, em vistas da liberalização comercial promovida pelos acordos firmados em 1994, elevou o IDH de países em desenvolvimento, havendo aumento da renda *per capita*, da expectativa de vida e dos níveis educacionais.¹

A China é, certamente, um dos países que se beneficiou com estrutura liberal promovida pela OMC e pela liberalização do comércio.

A acessão da China à OMC, em novembro de 2001, representou uma importante decisão política do governo chinês de reinserir o país na arena do comércio mundial, mas também passou a significar um grande desafio para a OMC.

Em 2002, a China era o 5º maior exportador do mundo, enquanto EUA se consagrava em 1º lugar. Tal foi o impacto da entrada da China na OMC que, a partir de 2009, o país passou à liderança mundial das exportações de bens, superando Alemanha e Estados Unidos. Em dez anos, a China multiplicou por 4,8 suas exportações e por 5,6 suas importações. Tal resultado demonstra o papel relevante do comércio internacional na estratégia de crescimento econômico da China, que figura, atualmente, entre as maiores economias do mundo.

Quando a China aderiu à OMC, os Estados Membros consideravam que a economia do país não operava em condições predominantes de mercado, devido ao elevado grau de interferência estatal em sua indústria. Assim, em março de 1987, foi criado um Grupo de Trabalhos Para Acessão da China à OMC responsável por analisar o pleito chinês e negociar os termos da retomada do status do país como parte contratante do GATT 1947.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalhos Para Adesão da China à OMC resultaram na elaboração do Protocolo de Acessão da República

¹ VAN DEN BOSSCHE, Peter. (2008, p. 17).

Popular da China à OMC (Protocolo de Adesão), um dos documentos que formalizou a entrada do país à Organização em 2001².

O Protocolo de Adesão foi aprovado para ocorrer não de forma imediata e integral, mas de forma gradual e mediante condições. O documento traz regras transitórias e de liberalização do comércio chinês que possibilitam a adoção de medidas excepcionais, aceitas pela própria China. Como exemplo, no Artigo 15 (a) (ii) do Protocolo de Adesão é reservada aos demais membros da OMC a faculdade de utilizar, nos casos de investigação de prática de dumping contra importados chineses, metodologia alternativa de cálculo de valor normal de produtos chineses investigados, caso os exportadores chineses não demonstrem que no mercado ou setor do produto similar sob investigação prevalecem condições de mercado³.

Como se observa, o Protocolo de Adesão prevê mecanismo para acomodar a economia chinesa, considerada uma economia híbrida, nas regras do sistema liberal em que se pauta a OMC.

Ocorre que o próprio Art. 15 deste documento vem causando polêmica no meio acadêmico e político.

A redação do Art. 15 (d) prevê que quinze anos após a entrada da China na OMC, ou seja, a partir de 11 de dezembro de 2016, o Art. 15(a)(ii) deixaria de valer, extinguindo-se, conseqüentemente, qualquer referência expressa à metodologia alternativa de cálculo de valor normal para determinação de dumping em produtos importados chineses no contexto do Protocolo de Adesão.

A letra do Art. 15(d) do Protocolo de Adesão desencadeou interpretações e posicionamentos divergentes acerca de futuras investigações antidumping, que ocorrerem após a data prevista naquele artigo.

² O Protocolo foi integrado ao direito brasileiro pelo Decreto 5.544/2005.

³ Protocolo de Adesão. Art. 15(a)(ii): “O Membro da OMC importador poderá utilizar uma metodologia que não se baseie em uma comparação estrita com os preços internos ou custos prevalentes na China se os produtores investigados não puderem demonstrar claramente que prevalecem no segmento produtivo que produz o produto similar condições de economia de mercado no que diz respeito à manufatura, a produção e à venda de tal produto.”

Por um lado, há os que defendem que com a expiração da segunda parte do Art. 15(a) a China deverá, a partir de dezembro de 2016, ser automaticamente considerada uma economia de mercado para fins de investigações antidumping.

De outro lado, há posicionamento de que não há nada no Art. 15 que possa remeter à possibilidade de concessão automática de status de economia de mercado à China. Desse modo, expirado o disposto no Art. 15(a)(ii) do Protocolo de Adesão, o ônus de demonstrar que em determinado setor prevalecem condições de mercado continuará recaindo sobre os exportadores chineses, que deverão demonstrar tais condições nos termos da legislação de cada país investigador.

Por último, uma terceira abordagem defende que, embora não seja possível depreender do texto do Art. 15 (d) que a partir de dezembro de 2016 a China deverá ser automaticamente reconhecida como uma economia de mercado, está claro que com a eliminação da segunda parte do Art. 15(a) não será mais possível adotar metodologia alternativa para cálculo de valor normal em investigações antidumping envolvendo a China, invertendo-se o ônus da prova para a parte interessada ou investigadora, que deverá demonstrar que no setor investigado não operam condições de mercado.

Os possíveis impactos gerados pelas mudanças no Protocolo de Adesão fazem com que a questão tenha extrema relevância e seja amplamente discutida no âmbito do comércio internacional.

A título de exemplo, a Austrália concedeu status de economia de Mercado à China em 2005 e, desde então, sua capacidade de lidar com práticas de dumping de produtores chineses diminuiu significativamente. O número de investigações antidumping caiu em 50%, bem como o número de investigações que resultaram na aplicação de direito antidumping. Além disso, o valor médio dos direitos antidumping aplicados caiu mais de 80% com relação aos valores aplicados anteriormente à medida⁴.

⁴ WORKSHOP: MARKET ECONOMY STATUS FOR CHINA AFTER 2016. 2008. Bruxelas.

Além disso, um estudo econômico recente realizado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX indica que o reconhecimento da China como economia de mercado geraria impactos negativos na economia e no mercado de trabalho brasileiros, devido ao aumento das importações chinesas e drástica diminuição dos direitos antidumping aplicados⁵.

Desse modo, é evidente a importância de se analisar juridicamente a discussão em torno do Protocolo de Adesão e possível reconhecimento da China como economia de mercado a partir de 11 de dezembro de 2016.

Nesta dissertação, será analisado, primeira e brevemente, o processo de entrada da China na OMC; seu desenvolvimento econômico ao longo dos anos em que participa como Estado Membro da Organização; e sua relevante participação, ativa e passivamente, nos painéis da OMC, especialmente nas investigações antidumping.

Posteriormente, passa-se à avaliação do conceito histórico e atual de dumping, dos procedimentos de uma investigação antidumping, e da construção do direito antidumping, especialmente com relação à economias onde não prevalecem condições de mercado. Nesse ponto, também será analisado de modo mais detalhado o conceito de economia de mercado, tanto geral, quanto para fins de aplicação de direito antidumping, tal como abordado em âmbito nacional e internacional.

Na sequência, serão analisados os compromissos assumidos pela China ao aderir à OMC. O processo de adesão da China foi longo e resultou em dois documentos: o Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Acessão da China e o Protocolo de Adesão. Esta Dissertação focará, primordialmente, no estudo mais aprofundado do Protocolo de Adesão.

Por último, à luz das fontes de interpretação do direito internacional, especialmente aquelas adotadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (OSC), serão avaliados os Arts. 15(a) e 15(d) com detalhe, a fim de verificar as lacunas existentes em seus textos, bem como as três principais vertentes de interpretação atuais acerca destes artigos.

⁵ ÁRABE NETO, Abrão M e SARDELLI PANZINI, Fabrizio. (2011, p. 49).

Para concluir, avaliaremos qual o possível caminho a ser tomado a partir de 2016, diante da análise realizada ao longo da Dissertação e à luz da jurisprudência mais recente da OMC, sem descartar, contudo, a possibilidade de maior debate em âmbito da Organização, com ampla participação de seus Estados Membros.

5. CONCLUSÃO

Com política, meios econômicos e militares influentes, o crescimento chinês apresenta novos horizontes à ordem global existente, fazendo frente à única superpotência do mundo, os Estados Unidos.

A elevada oferta de mão de obra, o alto potencial de consumo e recursos naturais insuficientes para a demanda do país, elevaram os investimentos estrangeiros na China, bem como as suas relações comerciais. A título exemplificativo, a China é o maior parceiro comercial do Brasil tendo, em 2015, importado cerca de US\$ 35,6 bilhões e vendido US\$ 30,7 bilhões em bens de consumo para o Brasil.

Não à toa o debate aqui analisado, acerca das possíveis interpretações do Art. 15 do Protocolo de Adesão, é de tamanha importância e, como visto, um dos temas mais abordados atualmente na arena política e comercial.

A divergência acerca da correta interpretação do Art. 15 do Protocolo de Adesão diz respeito à concessão ou não de tratamento de economia de mercado à China a partir de dezembro de 2016. Como visto acima, alguns estudos preveem possíveis impactos negativos acerca do reconhecimento da China como uma economia de mercado para as investigações antidumping, diretamente, e para o comércio internacional de Estados Membros, indiretamente, prevendo redução significativa da margem de dumping e menor proteção à indústria doméstica contra práticas comerciais desleais.

Esses setores defendem que essa interpretação iria contra a proposta da legislação antidumping como um todo, uma vez que o propósito final do Protocolo de Adesão e da aplicação da metodologia alternativa, qual seja, evitar distorções no cálculo da margem de dumping para poder ao final evitar práticas comerciais desleais, é o objetivo final da legislação antidumping.

O Órgão de Apelação da OMC já defendeu que o texto de um acordo deve ser analisado em paralelo com o seu contexto, objeto e finalidade¹⁶⁸. Sir Sinclair, que participou como delegado da Conferência de Viena, na qual a CVLT foi aprovada, observou que o verdadeiro significado de um texto tem de ser alcançado à luz de todas as consequências que fluem natural e razoavelmente desse texto¹⁶⁹.

Seria essencial, portanto, verificar qual a finalidade pretendida pelas partes signatárias do Protocolo de Adesão ao prever a aplicação transitória de um sistema especial para determinação do valor normal referente a importados chineses sob investigação¹⁷⁰. Seria, de fato, objetivo das partes signatárias do Protocolo de Adesão da China que em dezembro de 2016, independentemente da efetiva prática econômica da China, o país seja automaticamente reconhecido como economia de mercado?

Da análise dos posicionamentos indicados acima, a afirmação de que a expiração do Art. 15(a)(ii) concederia automaticamente status de economia de mercado à China parece excessivamente rígida e desconsidera as disposições remanescente do Art. 15 do Protocolo de Adesão¹⁷¹.

¹⁶⁸ Appellate Body Report, Japan - Alcohol, above n 2, at 20. See also WTO Panel Report, Canada - Certain Measures Affecting the Automotive Industry, WT/DS139/R and WT/DS142/R, adopted (as modified) 19 June 2000, para 10.12, 807; Panel Report, US - Trade Act, above n 9, para 7.22, 638; WTO Panel Report, United States - Definitive Safeguard Measures on Imports of Wheat Gluten from the European Communities, WT/DS166/R

¹⁶⁹ Sinclair, above n 9, at 121. Cf. Jacobs, above n 9, at 340-41. In a separate opinion in *Land, Island and Maritime Frontier Dispute (El Salvador/Honduras: Nicaragua Intervening)*, Judgment, ICJ Reports 1992, 351 at 718-19, para 190, Torres Bernárdez J of the International Court of Justice noted that:

For treaty interpretation rules there is no 'ordinary meaning' in the absolute or in the abstract. That is why Article 31 of the Vienna Convention refers to 'good faith' and to the ordinary meaning 'to be given' to the terms of the treaty 'in their context and in the light of its object and purpose'. It is, therefore, a fully qualified 'ordinary meaning'. Ian Sinclair, *The Vienna Convention and the Law of Treaties*, 2nd ed. (Manchester: Manchester University Press, 1984) at 130-31; Francis G. Jacobs, 'Varieties of Approach to Treaty Interpretation: With Special Reference to the Draft Convention on the Law of Treaties before the Vienna Diplomatic Conference', 18 ICLQ 318 (1969) at 319.

¹⁷⁰ O Órgão de Apelação em Japan - Taxes on Alcoholic Beverages, nesse sentido, observou que ao se buscar o significado dos termos de um tratado, deve se buscar entender o seu objeto e finalidade. (WT/DS8/AB/R, WT/DS10/AB/R, WT/DS11/AB/R, adopted 1 November 1996).

¹⁷¹ Esse tipo de análise inflexível, inclusive, já foi estudada pelo Órgão de Apelação em Japan - Taxes on Alcoholic Beverages: "WTO rules are reliable, comprehensible and enforceable. WTO rules are not so rigid or so inflexible as not to leave room for reasoned judgements in confronting the endless and ever-changing ebb and flow of real facts in real cases in the real world. They will serve the multilateral trading system best if they are interpreted with that in mind. In that way, we will achieve the 'security and predictability' sought for the multilateral trading system by the Members of the WTO through the establishment of the dispute settlement system."

Primeiro, como detalhado no Capítulo 2, é possível compreender que o Governo chinês ainda tem um papel ativo e relevante no setor industrial do país. A própria aprovação de mais um Plano Quinquenal indica que o Estado chinês possivelmente continuará a ter uma influência significativa nas práticas comerciais do país, a fim de cumprir com rigor as medidas e alcançar as metas estabelecidas pelo Partido Comunista Chinês.

Assim, a concessão de status automático de economia de mercado, por não se atentar à realidade e ao contexto fático em que está imersa a economia chinesa, pode configurar grave ofensa às finalidades propostas pelo Protocolo de Adesão e por toda a legislação antidumping, que são, respectivamente, (i) a emersão paulatina do mercado chinês no comércio internacional, com liberalização de seu comércio e respeito às regras de livre mercado; e (ii) a justa comparação de preços em investigações antidumping, de modo a proteger os Países Membros de práticas comerciais desleais, e, ao mesmo tempo, a China, de medidas protecionistas contra suas exportações.

Segundo, como explicado no Capítulo 4 desta Dissertação, o Art. 32 lista os trabalhos preparatórios como uma das fontes suplementares de interpretação. Desse modo, é importante que o Art. 15(a) do Protocolo de Adesão seja lido em conjunto com o parágrafo 150 do Relatório do Grupo de Trabalhos¹⁷². Esse parágrafo defende e permite a aplicação de metodologia alternativa para fins de comparabilidade de valores em investigações antidumping em determinadas situações, buscando garantir uma justa comparação de preços, conforme se lê abaixo:

Vários membros do Grupo de Trabalho observaram que a China continuava o processo de transição para uma economia de mercado plena. Esses membros observaram que, nestas circunstâncias, no caso de importações de origem chinesa num Membro da OMC, poderiam existir dificuldades especiais para determinar a comparabilidade dos custos e dos preços no contexto dos inquéritos anti-dumping e dos inquéritos sobre direitos de compensação. Esses membros declararam

¹⁷² Texto do parág. 150 do Relatório do Grupo de Trabalhos: “Several members of the Working Party noted that China was continuing the process of transition towards a full market economy. Those members noted that under those circumstances, in the case of imports of Chinese origin into a WTO Member, special difficulties could exist in determining cost and price comparability in the context of anti-dumping investigations and countervailing duty investigations. Those members stated that in such cases, the importing WTO Member might find it necessary to take into account the possibility that a strict comparison with domestic costs and prices in China might not always be appropriate”.

que, nesses casos, o Membro importador da OMC poderia considerar necessário ter em conta a possibilidade de uma comparação estrita com os custos e preços internos na China nem sempre ser adequada (Tradução livre)

Além disso, há que se observar que, ainda que não haja reconhecimento automático da China como economia de mercado, o Governo e os produtores chineses mantêm a garantia e o direito de demonstrar que prevalecem regras de mercado em determinados setores, nos termos dos dispositivos remanescentes do Art. 15 (as disposições dos Arts. 15(a)(i) e 15(d) primeira e terceira parte).

Como as disposições do Art. 15(a)(i) e partes um e três do Art. 15(d) permanecerão vigentes, a interpretação mais plausível é de que permanecerá também vigente o direito do produtor/exportador chinês, bem como do Governo chinês, de se defender e provar a existência de condições de mercado para um setor/indústria específicos ou gerais, no improvável caso de um País Membro investigador conseguir atestar a ausência de condições de mercado em determinada indústria.

Por outro lado, parece razoável reconhecer que a inversão do ônus da prova será necessária após dezembro de 2016, no que diz respeito à comparação de preços em investigações antidumping.

Isso porque com a extinção do 15(a)(ii) eventual qualificação da China como um país que não possui condições de mercado já não pode encontrar seu fundamento jurídico no Protocolo de Adesão após 11 de dezembro de 2016, entendimento em contrário parece caracterizar abuso de direito.

O direito internacional proíbe o exercício abusivo dos direitos de um Estado e ordena que, sempre que as obrigações previstas em tratado sejam exercidas de boa-fé, ou seja, razoavelmente. Não parece haver qualquer razoabilidade em afirmar que a extinção do Art. 15(a)(ii) não acarretará em qualquer mudança na ordem jurídica em que permeia a legislação antidumping. Tal entendimento, além de esvaziar a letra do Art. 15(a)(ii), parece solidificar um exercício abusivo do Estados Membros de seu direito de defesa comercial, resultando, assim, em uma violação aos direitos da China e ao caráter transitório do Protocolo de Adesão.

Dito isso, observa-se que as disposições do Art. 15 constituem regras complementares e mais específicas do Art. VI do GATT 1994 e do AAD, conforme se depreende do *caput*, do Art. 15. Assim, o Art. 15 constituiria regra especial, que rege a comparabilidade de preços em âmbito de investigações antidumping. Caso extinta essa regra especial, poderá o País Membro valer-se das regras gerais remanescente previstas no Art. VI do GATT 1994, bem como no AAD. Até porque o sistema multilateral da OMC forma um único todo (*single undertaking*), ou seja, todo item de negociação é parte de um pacote único e indivisível que não pode ser acordado, lido e interpretado separadamente, mas sim de forma conjunta e sistemática¹⁷³.

Assim, possivelmente, a partir de 2016, os Países Membros terão de voltar-se às disposições previstas no Art. VI do GATT 1994, bem como no AAD, mais especificamente na Nota Interpretativa do GATT 1994, recaindo sobre os demais Países Membros, e não à China, provar a ausência de condições de mercado.

Vale notar que a Nota Interpretativa foi elaborada em 1955, como observado acima, ou seja, há quase 62 (sessenta e dois) anos, em um contexto histórico em que o mundo era dividido entre economias planificadas e economias de mercado; sistema socialista e sistema capitalista. Com o atual panorama político-econômico, contudo, pode ser temerário traçar divisões como essa, até mesmo para a China, onde embora haja uma forte atuação estatal nos meios econômicos, não pode ser considerada uma economia planificada, sendo o perfil chinês considerado como *sui generis* do ponto de vista comercial.

Outra possibilidade a ser observada é aquela sugerida pela departamento jurídico do Parlamento Europeu, qual seja, adoção de técnicas de ajustes de custo e de preço, com base no Art. 2.2 do AAD, como já efetuado pela Austrália.

Como destacado anteriormente, a Austrália reconheceu a China como economia de mercado em 2005, em decorrência de um acordo bilateral firmado entre os dois países. Após o reconhecimento, as medidas antidumping

¹⁷³ O conceito de *single undertaking* é princípio do comércio internacional, definido em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/work_organ_e.htm.

aplicadas às importações chinesas na Austrália caíram significativamente, cerca de 50%. Contudo, como no caso envolvendo a União Europeia e Argentina, mencionado Capítulo 2, a Austrália modificou sua legislação antidumping de modo a acomodar a nova regra e adequar o valor normal das mercadorias chinesas, baseadas no valor interno chinês.

Não se exclui a probabilidade de que eventual política de ajuste de custos por parte de Países Membros poderá encontrar sérias dificuldades.

Primeiro, em análise recente, o Órgão de Políticas Públicas do Parlamento Europeu reconheceu que¹⁷⁴:

[...] a natureza da intervenção estatal na China pode ser tão intensa que é muito difícil detectar os subsídios estatais - e, conseqüentemente, outras distorções dos preços e custos de produção para fins de ajuste de preços (...). Assim, as autoridades importadoras podem ter dificuldades em coletar informações suficientes e efetuar ajustes de custos adequados em investigações.

Segundo, a China já se pronunciou a respeito, indicando que caso não seja aplicado automaticamente tratamento de economia de mercado às exportações chinesas em investigações iniciadas a partir de 11 de dezembro de 2016, essa abordagem será contestada de imediato perante a OMC, para que o OSC analise e uniformize um entendimento.

Na hipótese de os Estados Membros persistirem na abordagem, contudo, a China poderá receber autorização para retaliações, o que certamente gerará custos políticos e econômicos. Nesse caso, a China é autorizada a retaliar com base nos prejuízos monetários decorrentes da continuação da aplicação de metodologia alternativa a suas exportações.

Assim, se a China demonstrar que com a aplicação de metodologia alternativa a suas importações por determinado Estado Membro a há uma perda anual de US\$ 5 bilhões, a China poderá aumentar as tarifas aplicadas sobre as importações daquele País Membro de modo a reduzir o valor das importações em US\$ 5 bilhões¹⁷⁵.

¹⁷⁴ BARONE, Barbara. Departamento de Política Externa do Parlamento (2015).

¹⁷⁵ BOWN, Chad P. (2016).

As maiores retaliações autorizadas da OMC até o momento foram US\$ 4 bilhões aplicado pela UE aos Estados Unidos, no caso *US – Foreign Sales Corporation*; US\$ 1 bilhão recentemente concedido conjuntamente ao Canadá e ao México aos EUA, no caso *US – Country of Origin Labeling*. Os EUA já foram autorizados a retaliar nos casos *EC – Bananas*, em US\$191milhões e *EC – Hormônios*, US\$ 117 milhões, ambos contra a UE.

Diante disso, é certo que apenas com uma decisão definitiva do OSC da OMC, com ampla participação dos Estados Membros, é que se terá um entendimento concreto acerca do tema.

Ressalte-se que, pouco antes da finalização desta Dissertação, em 12 de dezembro de 2016, ou seja, logo após o prazo do Art. 15(d), a China notificou o Secretariado da OMC questionando a metodologia de cálculo utilizada por EUA e UE em investigações antidumping. O teor dessa notificação, até a entrega deste trabalho, não está disponível, contudo, possivelmente, deve abordar a aplicação do Protocolo de Adesão¹⁷⁶.

A legislação da OMC desenvolveu ferramentas adequadas para acomodar a China e sua situação *sui generis* dentro do sistema multilateral de comércio, o que foi possível mediante diversas concessões por parte do Estado chinês. Contudo, com a iminente mudança da legislação antidumping a OMC tem a frente um novo desafio.

Por um lado, precisará verificar o avanço chinês quanto o respeito às normas da OMC, bem como a liberalização de seu comércio, considerando as alegações de agentes relevantes do comércio internacional, como EUA e UE, de que a China ainda não pode ser considerada uma economia de mercado.

Por outro lado, precisará reconhecer não apenas que as normas aplicáveis à China possuem caráter eminentemente transitório e, assim, não podem perdurar indeterminadamente, como também a força e influência político-econômica e comercial da China atual.

¹⁷⁶ O pedido de consulta inicia formalmente uma disputa em âmbito da OMC, sendo uma fase preliminar. As consultas dão às partes a oportunidade de discutir o assunto e encontrar uma solução satisfatória sem avançar com o litígio. Após 60 dias, se a consulta não conseguir resolver o litígio, a China poderá solicitar a instalação de um painel.

O panorama político-econômico de 2001, ano da entrada da China à OMC, é completamente diverso do que existe hoje e, por isso mesmo, a análise deve ser realizada com maior cautela e detalhe. Assim, os Estados Membros terão, possivelmente, um período razoável à frente para adequar suas legislações ou pensar novas soluções frente a este novo cenário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Capítulos de Livros

ACCIOLY, Hildebrando e NASCIMENTO E SILVA, G. E. do, **Manual De Direito Internacional Público**. São Paulo, Ed. Saraiva, 12ª ed., 1996.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do. **Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

AMARAL JR, Alberto. **A solução de controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008.

AMARAL JR, Alberto; BAPTISTA, Luiz Olavo. **Dumping e Antidumping no Brasil in: OMC e o Comércio Internacional**. Ed. Aduaneiras. (2002).

ANDRADE JR., Attila de Souza Leão. **O capital estrangeiro no sistema jurídico brasileiro**. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1979.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, DF, Ed. Univ. de Brasília, 2ª ed., 1986 (trad. Sérgio Barth).

BARRAL, Welber e BROGINI, Gilvan. **Manual Prático de Defesa Comercial**. Editora Aduaneiras. São Paulo, 2007.

BARRAL, Welber. **Dumping e comércio internacional: a regulamentação antidumping após a rodada Uruguai**. Rio de Janeiro: Forense. 2000.

BROWNLIE, Ian, **Principles of Public International Law**, Fifth Edition, Oxford University Press, 2002.

CELLI JR, Umberto. **Comércio de serviços na OMC: liberalização, condições e desafios**. Curitiba: Juruá, 2009.

CORDOVIL, Leonor. Antidumping. **Interesse Público e Protecionismo no Comércio Internacional**. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011.

GOMES, Orlando e VARELA, Antunes. **Direito Econômico**. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 1977.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional Teoria e Política**. 6ª Edição. São Paulo: Ed. Pearson, 2009.

MOTA, Pedro Infante. **O Sistema GATT/OMC – Introdução Histórica e Princípios Fundamentais**. São Paulo: Ed. Almedina, 2005.

NASSER, Rabi Ali. **O papel dos países em desenvolvimento na OMC**. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2003.

RAUSTIALA, Kai; SLAUGHTER, Anne-Marie. **International Law, International Relations and Compliance**. In: RISSE, Thomas; CARLNAES, Walter. **The Handbook of International Relations**. Sage Publications, 2002.

RICARDO, David. **The Principles of Politycal Economy and Taxation**. 3ª Edição. Londres: 1821.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 1996, v. II, p. 169 *apud* KRUGMAN, Paul. WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007.

STRENGER, Irineu. **Direito do Comércio Internacional**. São Paulo: Ed. LTr, 1996.

THORSTENSEN, Vera; JANK, Marcos S. **O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2005.

THORSTENSEN, Vera. **OMC, As regras do Comércio Internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais**. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2005.

VAN DEN BOSSCHE, Peter. **The Law and policy of the World Trade Organization**. 2ª Edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Artigos, Revistas e Periódicos

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo; CINTRA, Marcos Antonio. **As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os**

Desafios para o Brasil. Grupo de Trabalho Sobre a China. Instituto de Pesquisas Aplicadas IPEA. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudoc_hinaipeamre.pdf.

AHERNS, J; MENGERINGHAUS, P. **Institutional Change and Economic Transition: Market-Enhancing Governance, Chinese-Style.** European Journal of Comparative Economics. 2006, p. 75-102.

Anti-Dumping Investigations Against China in Latin America. IBA Divisions Project, IBA Trade and Customs Law Committee and the IBA Latin American Regional Forum.

ÁRABE NETO, Abrão M e SARDELLI PANZINI, Fabrizio. **Consequências do reconhecimento da China como economia de mercado.** 1ª Edição. São Paulo: FUNCEX, 2011.

BAJONA, C; CHU, T. **China's WTO Accession and Its Effect on State Enterprise.** East-West Center Working Papers. Hawaii: 2004. Bruxelas: Policy Department, 2015.

BARONE, Barbara. **One year to go: The Debate over China's market economy status (MES) heats up.** Departamento de Política Externa do Parlamento Europeu.

BHATTASALI, Deepak; SHANTONG, Li; MARTIN, William J. **China and the WTO: Accession, Policy Reform, and Poverty Reduction Strategies.** Trade and Development. 2004.

BOWN, Chad. **China's Market Economy Status and Antidumping: A \$100 Billion, \$10 Billion, or \$1 Billion Dispute? Part 1.** Peterson Institute for International Economics. 2016. Disponível em: <https://piie.com/blogs/trade-investment-policy-watch/chinas-market-economy-status-and-antidumping-100-billion-10>.

China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative Society. Banco Mundial. Development Research Center of the State Council, the People's Republic of China. 2013.

China, Trade and Sustainable Development Series. ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions. 2011.

COLLIER, John; LOWE, Vaughan. **The settlement of disputes in international law: institutions and procedures.** Oxford: Oxford University Press, 1999.

CROSBY, DC. **Banking on China's WTO Commitments: 'Same Bed, Different Dreams', in China's financial services sector.** Journal of International Economic Law: 2007.

DE NEGRI, Fernanda. **Concorrência chinesa no mercado brasileiro: possíveis impactos da concessão, para a China, do status de economia de mercado.** Nota Técnica. In: Boletim de conjuntura. Nº 68, março. IPEA. 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_68l.pdf.

DOWNS, George; JONES, Michael. **Reputation, Compliance, and International Law.** Journal of Legal Studies. 2002.

DOWNS, George. **Enforcement and the evolution of cooperation.** Michigan Journal of International Law. 1998.

DOWNS, George; ROCKE, David; BARSOOM, Peter. **Is the good news about compliance good news about cooperation?.** International Organization. 1996.

JACOBS, Francis G. **Varieties of Approach to Treaty Interpretation: With Special Reference to the Draft Convention on the Law of Treaties before the Vienna Diplomatic Conference.** 1969.

FINGER, J. M. **Antidumping: How it works and who gets Hurt.** Ann Arbor: University of Michigan Press. 1993.

FERNANDES, José Augusto Coelho. **A adaptação da indústria brasileira à China: em busca de uma estratégia.** RBCE, vol. 114.

FURLAN, Antônio de Magalhães; FELSBURG, Thomas. **Brasil-China: Comércio, Direito e Economia**. São Paulo: Lex, 2005.

GAO, Henry. **If you don't believe in the 2012 myth, do you believe in the 2016 myth?** WTO and China. 2011. Disponível em:

<http://wtoandchina.blogspot.com/2011/11/if-you-dont-believe-in-2012-myth-do-you.html>.

GERTLER, J.L., 2002. **What's China's WTO Accession is All About**. WTO Secretariat. WTO. Geneva

GRAAFSMA, F., Kumashova, E. **China's Protocol of Accession and the Anti-Dumping Agreement: Temporary Derogation or Permanent Modification?** Global Trade and Customs Journal, no. 4, 2014.

GOLDMAN SACHS. **Building Better Global Economic BRICs**. Global Economics Paper n. 66.

GRANICK, David. **The Hungarian Economic Reform**. Vol. 25. World Politics No. 3. 1973.

Guide to the Uruguay Round Agreements. Geneve: Kluwer Law International, 1999.

HEES, Felipe. **Interesse público e a aplicação de medidas antidumping no Brasil**. RBCE, vol. 114, p. 7.

HEES, Felipe e VALLE, Marília Castañon da Penha. **Dumping, Subsídios e Salvaguardas**. São Paulo: Editora Singular, 2012.

HORLICK, Gary; SHUMAN, Shannon. **Nonmarket economy trade and U.S. Antidumping/Countervailing Duty Laws**. The International Lawyer, v. 18, n. 4, 1984.

HUANG, Chien. **Non-market Economies Accessions to the WTO: An Empire is Rising?** ISA Annual Convention, San Francisco: 2008.

HUCK, Hermes Marcelo. **Da guerra justa à guerra econômica. Uma revisão sobre o uso da força em direito internacional.** São Paulo: Ed. Saraiva, 1996.

IANCHOVICHINA, E. e MARTIN, W. **Impact of China's Accession to the WorldTrade Organisation.** The World Bank Economic Review. 2004.

JACKSON, John H. **Restructuring the GATT System.** Royal Institute of International Affairs, London, 1990.

CAMERON, James; GRAY, Kevin R. **Principles of International Law in the WTO Dispute Settlement Body.** 2001.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

_____, **The Results of the Uruguay Round of Multilateral Trade Negotiations.** Editora Cambridge University Press. Londres:2005.

LIBÂNIO, Gilberto. Séries Working Paper Nº 42 BNDES/ANPEC. Programa de fomento à pesquisa em desenvolvimento econômico – PDE. Maio 2012.

LIN, Jy; FANG, C; ZHOU, L. **The lessons of China's transition to market economy.** Cato Journal Fall 16(2). 1996.

LENNARD, Michael. **Article Part I: The State of International Economic Law.** Journal of International Economic Law. Oxford University Press. 2002.

LENNARD, Michael. **Navigating By The Stars: Interpreting The Wto Agreements.** Oxford University Press. 2002.

MAGALHÃES, José C. **Direito econômico internacional.** Curitiba: Juruá, 2005.

MAVROIDS, Petros C., PALMETER, David. **Dispute Settlement in the World Trade Organization.** Cambridge University Press.

MCNAIR, Arnold D. **The Law of Treaties.** Oxford Clarendon Press. 1961.

NEERGAARD, Anders; AUERSPERGER MATIC, Andrej. **Parecer Legal do Parlamento Europeu.** Bruxelas: 2015. Disponível em:

<http://www.vieuws.eu/eutradeinsights/wp-content/uploads/2015/10/Extract-of-EP-legal-opinion-on-market-economy-status-for-China.pdf>

O'CONNOR, Bernard. **Market-economy status for China is not automatic.** VoxEu, 2011. Disponível em <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/7345>.

O'Connor, Bernard. **The Myth of China and Market Economy Status in 2016.** NCTM Association Advocats. 2015.

PAUWELYN, Joost. **“The WTO agreement on sanitary and phytosanitary (SPS) measures as applied in the first three SPS disputes: EC – Hormones, Australia – Salmon and Japan – Varietals”.** Journal of International Economic Law, volume 2, no. 4. 1999.

PETERSMANN, Ernst-Ulrich. **How to Promote the International Rule of Law?** World Trade Organization Appellate Review System. 1998.

RUESSMANN, L., BECK, J. **2016 and the Application of an NME Methodology to Chinese Producers in Anti-dumping Investigations.** Global Trade and Customs Journal.

RAO, Weijia. **China's Market Economy Status under WTO Antidumping Laws after 2016.** Tsinghua China Law Review vol. 5, 2013.

_____, **Rethinking China's Market Economy Status in Trade Remedy Disputes after 2016: Concerns and challenges.** Asian Journal of WTO and International Health Law and Policy vol. 8, 2013.

RIDDLE, Dorothy. **General Agreement on Trade on Services Opportunities for Developing Countries.** In: International Trade Forum: vol. 1, 2000.

REEVES, Martin e HE, Davis. **What China's 13th Five Year Plan Means for Business.** Harvard Business Review. 2015.

SINCLAIR, Ian. **The Vienna Convention and the Law of Treaties**, 2a Edição. Editora Manchester University Press: 1984.

STOLL, Peter-Tobias e SCHORKOPF, Frank. **World Economic Order, World trade law**. Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law. Martinus Nijhoff Publishers.

SPADANO, Lucas. **O tratamento da China como Economia (não) de mercado Após 2016**. Em Observatório de Defesa Comercial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). 2013.

THORSTENSEN, Vera. **Perfil da política e instrumentos de comércio internacional dos BIC's: China, Índia e Brasil. Projeto regulação do comércio Global**. IPEA: Brasília: 2011.

THORSTENSEN, Vera. **China e EUA – De Guerras Cambiais a Guerras Comerciais**. São Paulo: 2010.

THORSTENSEN, Vera; RAMOS, Daniel; MULLER, Carolina. **O Reconhecimento da China como Economia de Mercado: o dilema de 2016**. São Paulo: 2012.

TIETJE, Christian and NOWROT, Karsten. **Myth or Reality? China's Market Economy Status under WTO Anti-Dumping Law after 2016**. Policy Papers on Transnational Economic Law, No. 34, Transnational Economic Law Research Center. 2011.

VINER, Jacob. **Dumping as a Method of Competition in International Trade**. University Journal of Business, Vol 1, No. 1. 1922.

WEISS, Friedl. **A OMC e o Brasil**. São Paulo: Editora LTR, 1998.

Working Group on Privatisation and Corporate Governance of State Owned Assets. **Occasional Paper: State Owned Enterprises In China: Reviewing The Evidence**. OECD. 2009.

YFISLIN, Justin. CAI, Fang. LI, Zhou. **The Lessons Of China's Transition To A Market Economy**. Cato Journal. 1996.

ZENG, Douglas Zhihua. **China's Employment Challenges and Strategies after the WTO Accession**. World Bank Policy Research Working Paper 3522. 2005.

Relatórios

2014 Report to Congress on China's WTO Compliance. Nova Iorque: USTR, 2014.

A World Bank Country Study On Czechoslovakia. Banco Mundial. 1991.

Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/pt/197971468746734285/Czechoslovakia-Transition-to-a-market-economy>

BRICS Joint Statistical Publication. National Bureau of Statistics of China, 2011.

Disponível: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/otherdata/brics2011/P020110412519191303418.pdf>

China 2020: China Engaged. Banco Mundial. Washington, D.C., 1997.

Relatório da Organização Mundial do Comércio. Genebra: OMC, 2010.

Relatório da Organização Mundial do Comércio. Genebra: OMC, 2012.

Trade Policy Report. Relatório do Secretariado da OMC. Trade Policy Review Body. WTO. 2016

Trade Policy Review. Genebra: OMC, 2014.

The Non-Market Economy Issue in International Trade in the Context of WTO Accessions. Relatório Unctad, UNCTAD/DITC/TNCD/MISC.20. 2002.

Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Acesso do Vietnã. WT/ACC/VNM/48:2007.

Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Acesso da China. WT/ACC/CHN/49.

Lista de Casos da OMC citados em ordem cronológica

Indonésia - Certain Measures Affecting the Automobile Industry (Indonésia - Auto). Relatório do Painel. WT/DS54; WT/DS55, WT/DS59, WT/DS64: 1994.

Japan - Taxes on Alcoholic Beverages. Relatório do Órgão de Apelação. DS8:1996.

US Gasoline. Relatório do Órgão de Apelação. DS2:1996.

Canada - Certain Measures Concerning Periodicals (Canada - Periodicals). Relatório do Órgão de Apelação DS31:1997.

European Communities - Regime for the Importation, Sale, and Distribution of Bananas (EC - Bananas). Relatório do Órgão de Apelação. DS27: 1997.

India - Patent Protection for Pharmaceutical and Agricultural Chemical Products. Relatório do Painel. DS50:1998.

Canada - Term of Patent Protection (Canada - Patents). Relatório do Painel. Relatório do Órgão de Apelação DS170:2000.

United States - Tax Treatment for 'Foreign Sales Corporations'. Relatório do Painel. DS108: 2000.

United States - Section 110(5) of the US Copyright Act (US - Copyright Act). Relatório do Painel. DS160: 2000.

United States - Transitional Safeguard Measure on Combed Cotton Yarn from Pakistan (United States - Combed Cotton Yarn from Pakistan). Relatório do Órgão de Apelação. DS192:2001.

United States - Import Prohibition of Certain Shrimp and Shrimp Products (US - Shrimp). Relatório do Órgão de Apelação. DS58:2001.

US — Hot-Rolled Steel. Relatório do Órgão de Apelação. DS184: 2001.

US — Cotton Yarn. Relatório do Órgão de Apelação. 2001.

Argentina – Poultry Anti-dumping Duties. Relatório do Painel. DS241: 2003.

EC – Tube and Pipe Fittings. Relatório Órgão de Apelação. DS219: 2003.

Us Gambling. Relatório do Painel. DS285: 2007.

Canada Tariffs on Certain US Agricultural Products. Relatório do Painel. DS47: 2008.

US — Anti-Dumping and Countervailing Duties (China). Relatório do Órgão de Apelação. DS379: 2011.

EC – Definitive Anti-Dumping Measures on Certain Iron or Steel Fasteners from China. Relatório do Órgão de Apelação. DS397:2011.

United States – definitive anti-dumping and countervailing duties on certain products from China. Relatório do Órgão de Apelação. DS379: 2011.

EC – Fasteners (China). . Relatório do Órgão de Apelação. DS397: 2016.

EU- Antidumping Measures on Biodiesel from Argentina. Relatório do Órgão de Apelação DS473: 2016.

EU - Cost Adjustment Measures and Certain Antidumping Measures on Imports from Russia. DS474.

EU - Antidumping Measures on Biodiesel from Indonesia. Relatório do Órgão de Apelação DS480.